

Demonstrações Financeiras

Tempo Serviços Ltda.

2023



Sumário

Relatório da Administração ... 3

Demonstrações Financeiras ... 4

Balanço Patrimonial ... 4

Demonstração do Resultado Acumulado ... 6

Demonstração das Mutações do Patrimônio Líquido... 7

Demonstração do Resultado Abrangente Acumulado ... 8

Demonstração dos Fluxos de Caixa Acumulado ... 9

Notas Explicativas da Administração ... 10

Relatório do Auditor Independente ... 21

Senhores Cotistas,

Em cumprimento às disposições legais e estatutárias, submetemos à apreciação de V.Sas. as demonstrações financeiras da Tempo Serviços Ltda., relativas ao exercício encerrado em 31 de dezembro de 2023, acompanhadas das notas explicativas e do relatório dos auditores independentes.

No exercício findo em 31 de dezembro de 2023, a Sociedade registrou lucro de R\$ 49.231 mil, Patrimônio Líquido de R\$ 822.923 mil e Ativos Totais de R\$ 885.072 mil.

Colocamo-nos à disposição de V.Sas. para quaisquer esclarecimentos que julgarem necessários.

Diretoria

Balanço Patrimonial em 31 de dezembro – Em Reais mil

	Nota	2023	2022
Ativo			
Circulante		316.328	650.680
Caixa e Equivalentes de Caixa	5	316.251	511.878
Ativos Financeiros ao Valor Justo por meio do Resultado	6	-	135.555
Diversos	7	77	3.247
Não Circulante		568.744	171.778
Realizável a Longo Prazo		568.551	171.610
Créditos Tributários	19c e d	56.451	56.581
Diversos	7	512.100	115.029
Investimentos		193	168
Participações em Coligadas e Controladas:			
- No Exterior	8	193	168
Total do Ativo		885.072	822.458

As Notas Explicativas são parte integrante das Demonstrações Financeiras.

Balanço Patrimonial em 31 de dezembro – Em Reais mil

Passivo	Nota	2023	2022
Circulante		29.979	2.436
Sociais e Estatutárias	11c	468	381
Fiscais e Previdenciárias	10a	29.511	2.055
Exigível a Longo Prazo		32.170	45.874
Fiscais e Previdenciárias	10a	17.525	30.805
Diversas	10b	14.645	15.069
Patrimônio Líquido		822.923	774.148
Capital Social:			
- De Domiciliados no País	11a	400.000	400.000
Reservas de Lucros	11b	422.863	374.100
Ajuste de Avaliação Patrimonial		60	48
Total do Passivo e Patrimônio Líquido		885.072	822.458

As Notas Explicativas são parte integrante das Demonstrações Financeiras.

Demonstração do Resultado dos Exercícios em 31 de dezembro – Em Reais mil

	Nota	2023	2022
Receitas/(Despesas) Operacionais		44.963	11.322
Resultado de Equivalência Patrimonial	8	13	13
Outras Receitas Operacionais	16	44.950	11.309
Outras Receitas /(Despesas) Operacionais		(16.140)	(17.081)
Despesas de Pessoal	13	(7.514)	(4.138)
Despesas Gerais e Administrativas	14	(5.428)	(5.825)
Despesas Tributárias	15	(2.597)	(3.582)
Outras Despesas Operacionais	17	(601)	(3.536)
Resultado Financeiro		51.561	68.957
Receitas Financeiras Líquidas	12	51.561	68.957
Resultado Antes da Tributação sobre o Lucro		80.384	63.198
Imposto de Renda e Contribuição Social	19a	(31.153)	(23.091)
Lucro Líquido do Exercício		49.231	40.107
Número de cotas	11a	400.000.000	400.000.000
(Prejuízo)/Lucro Líquido Básico por lote de mil cotas em R\$		123,08	100,27

As Notas Explicativas são parte integrante das Demonstrações Financeiras.

Demonstração das Mutações do Patrimônio Líquido – Em Reais mil

Eventos	Capital Social	Reservas de Lucros		Ajuste de Avaliação Patrimonial	Lucros Acumulados	Totais
		Legal	Estatutária			
SALDOS EM 31.12.2021	400.000	53.654	280.720	52	-	734.426
Ajuste de Avaliação Patrimonial				(4)		(4)
Lucro Líquido do Exercício					40.107	40.107
Destinações:						
Reservas		2.005	37.721		(39.726)	-
Dividendos Propostos					(381)	(381)
SALDOS EM 31.12.2022	400.000	55.659	318.441	48	-	774.148
Ajuste de Avaliação Patrimonial				12		12
Lucro Líquido do Exercício					49.231	49.231
Destinações:						
Reservas		2.461	46.302		(48.763)	-
Dividendos Propostos					(468)	(468)
SALDOS EM 31.12.2023	400.000	58.120	364.743	60	-	822.923

As Notas Explicativas são parte integrante das Demonstrações Financeiras.

Demonstração do Resultado Abrangente acumulado em 31 de dezembro – Em Reais mil

	2023	2022
Lucro Líquido do Exercício	49.231	40.107
Outros Resultados Abrangentes	12	(4)
Ajuste de Avaliação Patrimonial	12	(4)
Total do Resultado Abrangente do Exercício	49.243	40.103

As Notas Explicativas são parte integrante das Demonstrações Financeiras.

Demonstração dos Fluxos de Caixa acumulados em 31 de dezembro – Em Reais mil

	2023	2022
Fluxo de Caixa das Atividades Operacionais		
Lucro Líquido antes do Imposto de Renda e Contribuição Social	80.384	63.198
Ajustes ao lucro líquido antes dos impostos	(28.308)	(16.012)
Resultado de Participações em Controladas e Coligadas	(13)	(13)
Juros, Variações Monetárias e Cambiais, Líquidas	(28.955)	(20.745)
Provisão para Passivos Contingentes	660	4.746
Lucro Líquido Ajustado	52.076	47.186
(Aumento)/Redução em Ativos Financeiros ao Valor Justo por Meio de Resultado	136.742	57
(Aumento)/Redução em Outros Créditos	(374.727)	44.130
Aumento/(Redução) em Outras Obrigações	(2.264)	(1.021)
Imposto de Renda e Contribuição Social Pagos	(7.073)	(7.086)
Caixa Líquido Proveniente/(Utilizado) das Atividades Operacionais	(195.246)	83.266
Fluxo de Caixa das Atividades de Financiamentos:	(381)	(84)
Dividendos Pagos	(381)	(84)
Caixa Líquido Proveniente/ (Utilizado) nas Atividades de Financiamentos	(381)	(84)
Aumento / (Redução) de Caixa e Equivalentes de Caixa	(195.627)	83.182
Início do Exercício	511.878	428.696
Fim do Exercício	316.251	511.878
Aumento / (Redução) de Caixa e Equivalentes de Caixa	(195.627)	83.182

As Notas Explicativas são parte integrante das Demonstrações Financeiras.

Notas Explicativas às Demonstrações Financeiras - Em Milhares de Reais

1. CONTEXTO OPERACIONAL

A Tempo Serviços Ltda. ("Sociedade") é uma sociedade de responsabilidade limitada, que tem por objeto social a prestação de serviços de administração e de processamento de cartões de crédito, bem como de apoio à empresa administradora de cartões de crédito e, ainda, serviços correlatos. A Tempo Serviços Ltda., é parte integrante da Organização Bradesco, utilizando-se de seus recursos administrativos e tecnológicos, e suas demonstrações financeiras devem ser analisadas neste contexto.

A autorização para a emissão destas demonstrações financeiras foi concedida pela Diretoria em 25 de março de 2024.

2. PRINCIPAIS PRÁTICAS CONTÁBEIS

As demonstrações financeiras da Sociedade, foram elaboradas de forma consistente entre os exercícios, e estão apresentadas de acordo com as práticas contábeis adotadas no Brasil em 31 de dezembro de 2023. A Administração declara que as divulgações realizadas nas demonstrações financeiras evidenciam todas as informações relevantes utilizadas na sua gestão.

2.1. Base de preparação e apresentação das demonstrações financeiras

As demonstrações financeiras foram preparadas conforme as práticas contábeis adotadas no Brasil emitidas pelo Comitê de Pronunciamentos Contábeis (CPC). Elas foram preparadas considerando o custo histórico como base de valor e ajustadas para refletir a mensuração dos ativos ao seu valor justo, quando aplicável.

A preparação de demonstrações financeiras requer o uso de certas estimativas contábeis e também o exercício de julgamento por parte da Administração da Sociedade no processo de aplicação das políticas contábeis, conforme nota 4.

A Sociedade adotou a opção prevista no CPC 36 que dispensa a apresentação de demonstrações financeiras consolidadas quando uma entidade é controlada de outra entidade que divulga demonstrações financeiras consolidadas conforme as práticas contábeis adotadas no Brasil, e quando acionistas deliberam pela adoção dessa opção. Assim sendo, não estão sendo apresentadas demonstrações financeiras consolidadas.

2.2. Moeda funcional e de apresentação

Os itens incluídos nas demonstrações financeiras são mensurados utilizando-se a moeda do principal ambiente econômico no qual a Sociedade atua que é o Real (R\$). As demonstrações financeiras estão apresentadas em milhares de reais.

2.3. Caixa e equivalentes de caixa

Caixa e equivalentes de caixa são utilizados para gerenciamento de seus compromissos de curto prazo. Assim sendo, incluem disponibilidades em moeda nacional, fundos de investimentos e certificado de depósitos bancários - CDB e apresenta risco insignificante de mudança de valor justo, uma vez que são prontamente conversíveis em dinheiro.

2.4. Ativos financeiros

O CPC 48 classifica os ativos financeiros em três categorias: (i) mensurados ao custo amortizado; (ii) mensurados ao valor justo por meio de outros resultados abrangentes (VJORA – Patrimônio Líquido); e (iii) mensurados ao valor justo por meio do resultado (VJR).

- **Mensurados ao custo amortizado**

O ativo financeiro for mantido dentro do modelo de negócios, cujo propósito seja o de receber os seus fluxos de caixa contratuais e os seus termos contratuais derem origem, exclusivamente, a pagamentos de principal e juros sobre o valor do principal em aberto.

- **Mensurados a valor justo por meio do resultado (VJR)**

Os ativos financeiros mensurados a VJR são registrados e inicialmente avaliados pelo valor justo, sendo as respectivas modificações subsequentes do valor justo reconhecidas imediatamente no resultado.

São ativos mantidos pela Sociedade com o propósito de negociá-los no curto prazo ou mantê-los como parte de uma carteira administrada em conjunto para obtenção de lucro no curto prazo ou para tomada de posições, ou eventualmente, aqueles ativos que não atendem ao teste SPPI (*Solely Payment of Principal and Interest*). Os instrumentos financeiros derivativos, também, são categorizados como VJR.

Teste SPPI: O Objetivo deste teste é avaliar os termos contratuais dos instrumentos financeiros para determinar se dão origem a fluxos de caixa em datas específicas que se enquadram como somente pagamento de principal e juros sobre o montante principal.

Os ativos financeiros são inicialmente reconhecidos e avaliados pelo valor justo no balanço e, os custos de transação são registrados diretamente no resultado do período.

- **Mensurados ao valor justo por meio de outros resultados abrangentes (VJORA)**

São reconhecidos inicialmente a valor justo, mais os custos de transação que sejam diretamente atribuíveis a sua aquisição ou a sua emissão e são mensurados, subsequentemente, a valor justo com os ganhos e perdas reconhecidos em Outros Resultados Abrangentes, com exceção das perdas por redução ao valor recuperável e dos ganhos e perdas cambiais de conversão, até que o ativo financeiro deixe de ser reconhecido. As perdas de crédito esperadas são registradas na demonstração do resultado em contrapartida a Outros Resultados Abrangentes, não tendo impacto no valor contábil bruto do ativo.

2.5. Investimentos

Os investimentos em Sociedades controladas e coligadas são registrados e avaliados pelo método de equivalência patrimonial, reconhecido no resultado do exercício como receita (ou despesa) operacional.

O resultado das controladas adquiridas ou vendidas durante os exercícios são incluídos nas demonstrações contábeis a partir da data efetiva de aquisição ou até a data em que o controle deixar de existir.

2.6. Redução ao valor recuperável de ativos (*impairment*)

Os ativos financeiros e não financeiros são avaliados para verificar se há evidência objetiva de que tenha ocorrido uma perda no seu valor recuperável.

A evidência objetiva de que os ativos financeiros perderam valor pode incluir o não pagamento ou atraso no pagamento por parte do devedor, indicações de processo de falência ou mesmo um declínio significativo ou prolongado do valor do ativo.

Os ativos, que têm uma vida útil indefinida, como o ágio, não estão sujeitos à amortização e são testados anualmente, na mesma data, para a verificação da existência de perdas por redução ao valor recuperável (*impairment*).

Uma perda por redução ao valor recuperável (*impairment*) de um ativo financeiro ou não financeiro é reconhecida no resultado do período se o valor contábil do ativo ou unidade geradora de caixa exceder o seu valor recuperável.

2.7. Provisões, ativos e passivos contingentes e obrigações legais

O reconhecimento, a mensuração e a divulgação das provisões, das contingências ativas e passivas e também, das obrigações legais são efetuados de acordo com os critérios estabelecidos pelo CPC 25 – Provisões, Passivos Contingentes e Ativos Contingentes, sendo:

- Ativos Contingentes: não são reconhecidos contabilmente, exceto quando há garantias reais ou decisões judiciais favoráveis, sobre as quais não caibam mais recursos, caracterizando o ganho como praticamente certo, e pela confirmação da capacidade de sua recuperação por recebimento ou compensação com outro passivo exigível. Os ativos contingentes, cuja expectativa de êxito é provável, são divulgados nas notas explicativas;
- Provisões: são constituídas levando em consideração a opinião dos assessores jurídicos, a natureza das ações, a similaridade com processos anteriores, a complexidade e o posicionamento de tribunais, sempre que a perda for avaliada como provável, o que ocasionaria uma provável saída de recursos para a liquidação das obrigações, e quando os montantes envolvidos forem mensuráveis com suficiente segurança;
- Passivos Contingentes: de acordo com o CPC 25, o termo “contingente” é utilizado para passivos que não são reconhecidos, pois a sua existência somente será confirmada pela ocorrência ou não de um ou mais eventos futuros e incertos que não estejam totalmente sob o controle da Administração. Os passivos contingentes não satisfazem os critérios de reconhecimento, pois são considerados como perdas possíveis, devendo ser apenas divulgados em notas explicativas, quando relevantes. As obrigações classificadas como remotas não são provisionadas e nem divulgadas; e
- Obrigações Legais: Provisão para Riscos Fiscais: decorrem de processos judiciais, cujo objeto de contestação é a sua legalidade ou constitucionalidade e são reconhecidas considerando a sua probabilidade de perda.

2.8. Patrimônio líquido

a) Lucro por cotas

A Sociedade apresenta dados de lucro por cotas básico. O lucro por cotas básico é calculado dividindo-se lucro líquido pela quantidade de cotas.

b) Dividendos a pagar

A distribuição de dividendos para os cotistas da Sociedade é reconhecida como passivo nas demonstrações financeiras, no período em que a distribuição é aprovada por eles, ou quando da proposição do dividendo mínimo obrigatório previsto no Contrato Social da Sociedade.

2.9. Reconhecimento da receita

CPC 47 – Receitas de contratos com Clientes – requer que o reconhecimento de receita seja feito de modo a retratar a transferência de bens ou serviços para clientes por um montante que reflita a expectativa da Sociedade de ter em troca os direitos desses bens ou serviços.

A Sociedade reconhece a receita quando o seu valor puder ser mensurado com segurança, for provável que benefícios econômicos futuros fluirão para a Sociedade e quando critérios específicos tiverem sido atendidos para cada uma das atividades da Sociedade.

Receitas financeiras

As receitas financeiras abrangem rendas sobre fundos de investimentos, CDB - Certificados de depósitos Bancários e demais ativos financeiros. As receitas de juros são reconhecidas no resultado, através do método dos juros efetivos

2.10. Imposto de renda e contribuição social (ativo e passivo)

Os créditos tributários de imposto de renda e contribuição social sobre o lucro líquido, calculados sobre prejuízo fiscal, base negativa de contribuição social e de adições temporárias, são registrados na rubrica "Outros Créditos", e as provisões para as obrigações fiscais diferidas sobre ajustes a valor de mercado dos títulos e valores mobiliários, atualização de depósitos judiciais, dentre outros, são registrados na rubrica "Outras Obrigações - Fiscais e Previdenciárias".

Os créditos tributários sobre as adições temporárias serão realizados quando da utilização e/ou reversão das respectivas provisões sobre as quais foram constituídos. Os créditos tributários sobre prejuízo fiscal e base negativa de contribuição social serão realizados de acordo com a geração de lucros tributáveis, observado o limite de 30% do lucro real do período-base. Tais créditos tributários são reconhecidos contabilmente com base nas expectativas atuais de realização, considerando os estudos técnicos e análises realizadas pela Administração.

A provisão para imposto de renda é constituída à alíquota-base de 15% do lucro tributável, acrescida de adicional de 10%. A provisão para contribuição social é calculada sobre o lucro antes do imposto de renda, considerando a alíquota de 15%.

Foram constituídas provisões para os demais impostos e contribuições sociais, de acordo com as respectivas legislações vigentes.

2.11. Outros ativos e passivos

Os ativos estão demonstrados pelos valores de realização, incluindo, quando aplicável, os rendimentos e as variações monetárias auferidas (em base *pro rata dia*) e provisão para perda, quando julgada necessária. Os passivos demonstrados incluem os valores conhecidos e mensuráveis, acrescidos dos encargos e das variações monetárias incorridas (em base *pro rata dia*).

3. GERENCIAMENTO DE RISCOS

A Sociedade é parte integrante da Organização Bradesco, sendo que seu gerenciamento de risco é realizado por área técnica especializada da Organização, de maneira corporativa e centralizada, sendo um processo contínuo e evolutivo de mapeamento, desenvolvimento, aferição e diagnóstico através de modelos, instrumentos e procedimentos vigentes, exigindo alto grau de disciplina e controle nas análises das operações efetuadas, preservando a integridade e a independência dos processos.

4. USO DE ESTIMATIVAS E JULGAMENTOS

Nas Demonstrações Financeiras foram utilizadas algumas estimativas e julgamentos contábeis elaborados a fim de quantificar determinados ativos e passivos. Tais estimativas e julgamentos são continuamente avaliados e baseiam-se em experiência histórica e diversos outros fatores, incluindo expectativas de eventos futuros, considerados razoáveis nas circunstâncias atuais. Determinados ativos estão sujeitos à revisão de perda ao valor recuperável (*impairment*). As despesas com perda de valor recuperável são registradas quando existem evidências claras de perda de valor recuperável, ou de não recuperabilidade do custo dos ativos. A avaliação do que constitui perda de valor recuperável é uma matéria que requer um nível significativo de julgamento.

Provisões e passivos contingentes

As provisões são revisadas regularmente, e constituídas, sempre que a perda for avaliada como provável, levando-se em consideração a opinião dos assessores jurídicos, a natureza das ações, a similaridade com processos anteriores, a complexidade e o posicionamento dos tribunais.

5. CAIXA E EQUIVALENTES DE CAIXA

Em 31 de dezembro

	2023	2022
Disponibilidades em moeda nacional	889	5.729
Fundo de Investimento (1)	315.362	506.149
Total de Caixa e Equivalentes de Caixa	316.251	511.878

(1) Esta aplicação financeira, classificada como equivalente de caixa, tem resgates automáticos diários e são utilizadas para gerenciamento de caixa, com a finalidade de atender a compromissos de caixa de curto prazo.

6. ATIVOS FINANCEIROS AO VALOR JUSTO POR MEIO DO RESULTADO

Em 31 de dezembro

Títulos	181 a 360 dias	Valor de mercado/ contábil
Certificado de Depósito Bancários - CDB (1)	-	-
Total em 2023	-	-
Total em 2022	135.555	135.555

(1) Refere-se a Certificado de Depósito Bancário, emitidas pelo Banco Bradesco S.A., a taxa de 101% do DI, resgatado em 01/2023.

7. OUTROS CRÉDITOS - DIVERSOS

Em 31 de dezembro

	2023	2022
Depósitos em garantia de recursos fiscais (1)	456.316	36.252
Impostos e contribuições a compensar	32.473	32.085
Depósitos em garantia de recursos trabalhistas	21.267	36.125
Depósitos em garantia de recursos cíveis	1.715	2.609
Despesas antecipadas	77	3.247
Outros	329	7.958
Total	512.177	118.276

(1) Valor referente a depósito realizado em 03/2023 no valor de R\$ 393.050, relacionado aos valores de IRPJ/CSLL do processo 1003878-41.2003.4.06.3803.

8. INVESTIMENTOS

Os ajustes decorrentes da avaliação pelo método de equivalência patrimonial dos investimentos foram registrados na conta de Resultado de Equivalência Patrimonial.

A composição dos investimentos está demonstrada a seguir:

Investidas	Capital Social	Patrimônio Líquido Ajustado	Resultado Ajustado	Quantidade Cotas/Ações (em milhares)	Participação no Capital Social - %	Em 31 de dezembro		Ajuste Decorrente de Avaliação (1)	
						Investimentos			
						2023	2022	2023	2022
Bradescard México S. de R.L.	667.351	1.920.567	135.274	217.990	0,01	193	168	13	13
TOTAL						193	168	13	13

(1) Os ajustes decorrentes de avaliação consideram os resultados apurados pela Sociedade, a partir da aquisição e inclui variações patrimoniais das investidas não decorrentes de resultado, quando aplicáveis.

9. PROVISÕES, ATIVOS E PASSIVOS CONTINGENTES E OBRIGAÇÕES LEGAIS – FISCAIS E PREVIDENCIÁRIAS

a) Ativos contingentes

Não são reconhecidos contabilmente os ativos contingentes.

b) Provisões classificadas como perdas prováveis e obrigações legais – fiscais e previdenciárias

A Sociedade é parte em processos judiciais, de natureza trabalhista, cível e fiscal, decorrentes do curso normal de suas atividades.

Na constituição das provisões, a Administração leva em conta: a opinião dos assessores jurídicos, a natureza das ações, a similaridade com processos anteriores, a complexidade e o posicionamento dos tribunais, sempre que a perda for avaliada como provável.

A Administração entende que a provisão constituída é suficiente para atender às perdas decorrentes dos respectivos processos.

O passivo relacionado à obrigação legal em discussão judicial é mantido até o desfecho da ação, representado por decisões judiciais, sobre as quais não caiba mais recursos, ou a sua prescrição.

I - Processos trabalhistas

São ações ajuizadas por ex-empregados, visando obter indenizações, em especial o pagamento de "unicidade de emprego, equiparação salarial e horas extras". Nos processos em que é exigido depósito judicial para garantia de execução, o valor das provisões trabalhistas é constituído considerando a efetiva perspectiva de perda destes depósitos. Para os processos com características semelhantes e não julgados, a provisão é constituída com base no valor médio apurado dos pagamentos efetuados nas reclamações trabalhistas encerradas nos últimos 12 meses, considerando o ano do ajuizamento.

II - Processos cíveis

São pleitos de indenização por dano moral e patrimonial. Essas ações são controladas individualmente por meio de sistema informatizado e provisionadas sempre que a perda for avaliada como provável, considerando a opinião de assessores jurídicos, natureza das ações, similaridade com processos anteriores, complexidade e posicionamento de tribunais. Não existem em curso processos administrativos significativos por descumprimento de normas ou de pagamento de multas que possam causar impactos representativos no resultado financeiro da Sociedade.

III - Provisões segregadas por natureza

Em 31 de dezembro		
	2023	2022
Processos cíveis (Nota 10b)	5.491	5.555
Processos trabalhistas (Nota 10b)	12	712
Total	5.503	6.267

IV - Movimentação das provisões

Em 31 de dezembro		
	Trabalhistas	Cíveis
Saldo em 31 de dezembro de 2022	712	5.555
Atualização Monetária	10	372
Constituições líquidas de (reversões e baixas)	(710)	(436)
Saldo em 31 de dezembro de 2023	12	5.491

Em geral, as provisões referentes às ações judiciais são consideradas de longo prazo, devido à imprevisibilidade do tempo de duração dos processos no sistema judiciário brasileiro, razão pela qual não foi divulgada a estimativa com relação ao ano específico em que essas ações judiciais serão encerradas.

c) Passivos contingentes classificados como perdas possíveis

A Sociedade mantém um sistema de acompanhamento para todos os processos administrativos e judiciais em que a Sociedade figura como "autora" ou "ré" e, amparada na opinião dos assessores jurídicos, classifica as ações de acordo com a expectativa de insucesso. Periodicamente são realizadas análises sobre as tendências jurisprudenciais e efetivada, se necessária, a reclassificação dos riscos desses processos. Neste contexto, os processos contingentes avaliados como de risco de perda possível não são reconhecidos contabilmente e totalizaram, em 31 de dezembro de 2023, R\$ 902 (2022 – R\$ 950) para os processos cíveis e R\$ 1.903.522 (2022 – R\$ 1.621.046) para os processos fiscais.

O principal processo fiscal com essa classificação é:

- IRPJ e CSLL - Anos bases de 2006 a 2009 - R\$ 1.647.999 (2022 - R\$ 1.381.283): lançados sobre glosa de amortização de ágio na aquisição de investimentos.

10. OUTRAS OBRIGAÇÕES

a) Fiscais e previdenciárias

Em 31 de dezembro		
	2023	2022
Impostos e contribuições sobre lucros a pagar	29.364	1.701
Provisão para impostos e contribuições diferidos (Nota 19c)	17.525	30.805
Impostos e contribuições a recolher	147	354
Total	47.036	32.860

b) Outras Obrigações – Diversas

	Em 31 de dezembro	
	2023	2022
Provisão de honorários advocatícios	9.142	8.802
Provisões Cíveis (Nota 9b III)	5.491	5.555
Provisões Trabalhistas (Nota 9b III)	12	712
Total	14.645	15.069

11. PATRIMÔNIO LÍQUIDO

a) Composição do capital social em cotas

O capital social, totalmente subscrito e integralizado, é composto por 400.000.000 cotas de valor nominal de R\$ 1,00 cada uma e encontra-se assim distribuído:

	Em 31 de dezembro	
Cotas:	2023	2022
Quixaba Empreendimentos e Participações Ltda.	400.000.000	400.000.000
Total de Cotas	400.000.000	400.000.000

b) Reservas de lucros

	Em 31 de dezembro	
	2023	2022
Reservas de lucros	422.863	374.100
- Reserva legal (1)	58.120	55.659
- Reserva estatutária (2)	364.743	318.441

- (1) Constituída obrigatoriamente à base de 5% do lucro líquido do exercício, até atingir 20% do capital social realizado, acrescido das reservas de capital. Após esse limite a apropriação não mais se faz obrigatória. A reserva legal somente poderá ser utilizada para aumento de capital ou para compensar prejuízos; e
- (2) Visando à manutenção de margem operacional compatível com o desenvolvimento das operações ativas da Sociedade, pode ser constituída em 100% do lucro líquido remanescente após destinações estatutárias, mediante proposta da Diretoria, aprovada e deliberada pela Assembleia Geral, sendo o saldo limitado a 95% do Capital Social Integralizado. Em observância ao que dispõe o artigo 192 da Lei nº 6.404/76, juntamente com as demonstrações financeiras, será apresentada proposta sobre a destinação do resultado a ser dada ao lucro líquido do exercício. Quando o saldo das reservas de lucros ultrapassarem o limite exigido, a Assembleia Geral deliberará sobre a aplicação do excesso na integralização como aumento de capital social ou na distribuição de dividendos (artigo 199).

c) Dividendos

Conforme disposições estatutárias aos cotistas estão assegurados dividendos que correspondam no mínimo a 1% do lucro líquido do exercício, ajustado nos termos da lei societária. A Assembleia deliberará sobre a destinação do resultado do exercício.

Os cálculos dos dividendos relativos aos exercícios de 2023 e 2022 estão demonstrados a seguir:

	Em 31 de dezembro	
	2023	2022
Lucro líquido do exercício	49.231	40.107
Reserva Legal	(2.461)	(2.005)
Base de cálculo	46.770	38.102
Total dos dividendos mínimos obrigatórios	468	381

12. RECEITAS FINANCEIRAS

	Exercícios findos em 31 de dezembro	
	2023	2022
Rendimento de Fundos de Investimentos	50.374	53.599
Rendimento de Certificado de Depósitos Bancários - CDB	1.187	15.358
Total	51.561	68.957

13. DESPESAS DE PESSOAL

Exercícios findos em 31 de dezembro		
	2023	2022
Indenizações trabalhistas	7.014	2.651
Provisões trabalhistas	420	1.326
Benefícios	80	161
Total	7.514	4.138

14. DESPESAS GERAIS E ADMINISTRATIVAS

Exercícios findos em 31 de dezembro		
	2023	2022
Serviços do sistema financeiro	3.632	4.341
Serviços técnicos especializados	1.423	1.161
Outras	373	323
Total	5.428	5.825

15. DESPESAS TRIBUTÁRIAS

Exercícios findos em 31 de dezembro		
	2023	2022
Contribuição à Cofins	2.227	2.974
Contribuição ao PIS	364	483
Outras	6	125
Total	2.597	3.582

16. OUTRAS RECEITAS OPERACIONAIS

Exercícios findos em 31 de dezembro		
	2023	2022
Atualização monetária (1)	40.350	9.986
Recuperação de despesas	3.162	394
Reversões de provisões operacionais e administrativas	1.062	798
Reversões de provisões contingentes	376	131
Total	44.950	11.309

(1) Referem-se, basicamente, a atualização de Depósitos Judiciais de Impostos a Compensar e Variação Monetária.

17. OUTRAS DESPESAS OPERACIONAIS

Exercícios findos em 31 de dezembro		
	2023	2022
Despesas com contingências	234	2.825
Patrocínios	-	334
Serviços de terceiros	70	146
Diversas	297	231
Total	601	3.536

18. TRANSAÇÕES COM PARTES RELACIONADAS

- a) No curso habitual das atividades e em condições de mercado são mantidas pela Sociedade com partes relacionadas, tais como contas bancárias e aplicações financeiras com controlador indireto (Banco Bradesco S.A.), controlador direto (Quixaba Empreendimentos e Participações Ltda) e empresas coligadas que o controlador indireto detém participação acionária.

A Sociedade na realização de seus negócios e na contratação de serviços, realiza cotações e pesquisas de mercado tendo por critério a busca pelas melhores condições técnicas e de preços. Essas operações são realizadas em condições e taxas compatíveis com as médias praticadas com terceiros, vigentes nas datas das operações.

A tabela a seguir incluem os saldos patrimoniais em 31 de dezembro de 2023 e 31 de dezembro de 2022, discriminados por modalidade de contrato, controlador e empresas coligadas do controlador, bem como as movimentações relativas aos exercícios findos em 31 de dezembro de 2023 e 2022:

	Em 31 de dezembro			
	Ativo/(Passivo)		Receita/(Despesa)	
	2023	2022	2023	2022
Disponibilidade em Moeda Nacional				
Banco Bradesco S.A.	889	5.729	-	-
Certificado de Depósito Bancário				
Banco Bradesco S.A.	-	135.555	1.187	15.358
Dividendos a Pagar				
Quixaba Empreendimentos e Participações Ltda.	468	381	-	-

b) Remuneração do pessoal-chave da administração

A Sociedade é parte integrante da Organização Bradesco e seus Administradores são remunerados pelos cargos que ocupam no Banco Bradesco S.A., controlador da Sociedade.

19. IMPOSTO DE RENDA E CONTRIBUIÇÃO SOCIAL

a) Demonstração do cálculo dos encargos com imposto de renda e contribuição social

Exercícios findos em 31 de dezembro		
	2023	2022
Resultado antes do imposto de renda e contribuição social	80.384	63.198
Encargo total do imposto de renda e contribuição social às alíquotas vigentes (Nota 2.10)	(32.154)	(25.279)
Efeito no cálculo dos tributos:		
Participações em controladas, tributadas nas sociedades correspondentes	5	5
Despesas indedutíveis líquidas de receitas não tributáveis	971	1.922
Outros valores	25	261
Imposto de renda e contribuição social do exercício	(31.153)	(23.091)

b) Composição da conta de resultado do imposto de renda e contribuição social

Exercícios findos em 31 de dezembro		
	2023	2022
Impostos correntes:		
Imposto de renda e contribuição social devidos	(31.023)	(23.893)
Impostos diferidos:		
Constituição/realização no período sobre adições temporárias	(130)	802
Constituição no período sobre:		
Base negativa de contribuição social	-	-
Prejuízo fiscal	-	-
Total dos impostos diferidos	(130)	802
Imposto de renda e contribuição social do exercício	(31.153)	(23.091)

c) Origem dos créditos tributários de imposto de renda e contribuição social diferidos

	Saldo em 31.12.2022	Constituição	Realização / Baixa	Saldo em 31.12.2023
Provisões cíveis	2.221	164	(189)	2.196
Perdas com estabelecimento	35.405	-	-	35.405
Provisões trabalhistas	285	4	(284)	5
Outras provisões	18.670	175	-	18.845
Total dos créditos tributários sobre diferenças temporárias	56.581	343	(473)	56.451
Prejuízo fiscal e base negativa de contribuição social	-	-	-	-
Total dos créditos tributários (Nota 2.10)	56.581	343	(473)	56.451
Obrigações fiscais diferidas (Nota 19e)	30.805	17.525	(30.805)	17.525
Créditos tributários líquidos das obrigações fiscais diferidas	25.776	(17.182)	30.332	38.926

d) Provisão de realização dos créditos tributários sobre diferenças temporárias

	Diferenças temporárias		Total
	Imposto de renda	Contribuição social	
2025	34.319	20.591	54.910
2028	688	413	1.101
2033	275	165	440
Total	35.282	21.169	56.451

A projeção de realização dos créditos tributários é uma estimativa e não está diretamente relacionada à expectativa de lucros contábeis.

Em 31 de dezembro de 2023, o valor presente dos créditos tributários, calculados considerando a taxa média de captação, líquida dos efeitos tributários, monta um total de R\$ 53.210 (2022 - R\$ 52.878) referente as diferenças temporárias.

Todos os créditos tributários da Tempo Serviços foram devidamente ativados.

e) Obrigações fiscais diferidas

A Empresa possui obrigações fiscais diferidas de imposto de renda e contribuição social no montante de R\$ 17.525 (2022 - R\$ 30.805), relativas a atualização monetária sobre depósitos judiciais.

20. OUTRAS INFORMAÇÕES

a) A Sociedade não operou com instrumentos financeiros derivativos nos exercícios findos em 31 de dezembro de 2023 e de 2022; e

b) Não houve eventos subsequentes que requeiram ajustes ou divulgações, para as demonstrações financeiras encerradas em 31 de dezembro de 2023.

A DIRETORIA

Silvio José Alves – Contador – CRC 1SP202567/O-5



Relatório dos auditores independentes sobre as demonstrações contábeis

Ao

Cotista e Administradores da

Tempo Serviços Ltda.

Uberlândia - MG

Opinião

Examinamos as demonstrações contábeis da Tempo Serviços Ltda. ("Sociedade"), que compreendem o balanço patrimonial em 31 de dezembro de 2023 e as respectivas demonstrações do resultado, do resultado abrangente, das mutações do patrimônio líquido e dos fluxos de caixa para o exercício findo nessa data, bem como as correspondentes notas explicativas, compreendendo as políticas contábeis materiais e outras informações elucidativas.

Em nossa opinião, as demonstrações contábeis acima referidas apresentam adequadamente, em todos os aspectos relevantes, a posição patrimonial e financeira da Tempo Serviços Ltda. em 31 de dezembro de 2023, o desempenho de suas operações e os seus fluxos de caixa para o exercício findo nessa data, de acordo com as práticas contábeis adotadas no Brasil.

Base para opinião

Nossa auditoria foi conduzida de acordo com as normas brasileiras e internacionais de auditoria. Nossas responsabilidades, em conformidade com tais normas, estão descritas na seção a seguir intitulada "Responsabilidades dos auditores pela auditoria das demonstrações contábeis". Somos independentes em relação à Sociedade, de acordo com os princípios éticos relevantes previstos no Código de Ética Profissional do Contador e nas normas profissionais emitidas pelo Conselho Federal de Contabilidade, e cumprimos com as demais responsabilidades éticas de acordo com essas normas. Acreditamos que a evidência de auditoria obtida é suficiente e apropriada para fundamentar nossa opinião.

Outras informações que acompanham as demonstrações contábeis e o relatório dos auditores

A administração da Sociedade é responsável por essas outras informações que compreendem o Relatório da Administração.

Nossa opinião sobre as demonstrações contábeis não abrange o Relatório da Administração e não expressamos qualquer forma de conclusão de auditoria sobre esse relatório.

Em conexão com a auditoria das demonstrações contábeis, nossa responsabilidade é a de ler o Relatório da Administração e, ao fazê-lo, considerar se esse relatório está, de forma relevante, inconsistente com as demonstrações contábeis ou com nosso conhecimento obtido na auditoria ou, de outra forma, aparenta estar distorcido de forma relevante. Se, com base no trabalho realizado, concluirmos que há distorção relevante no Relatório da Administração, somos requeridos a comunicar esse fato. Não temos nada a relatar a este respeito.

Responsabilidades da administração e da governança pelas demonstrações contábeis

A administração é responsável pela elaboração e adequada apresentação das demonstrações contábeis de acordo com as práticas contábeis adotadas no Brasil e pelos controles internos que ela determinou como necessários para permitir a elaboração de demonstrações contábeis livres de distorção relevante, independentemente se causada por fraude ou erro.

Na elaboração das demonstrações contábeis, a administração é responsável pela avaliação da capacidade da Sociedade continuar operando, divulgando, quando aplicável, os assuntos relacionados com a sua continuidade operacional e o uso dessa base contábil na elaboração das demonstrações contábeis, a não ser que a administração pretenda liquidar a Sociedade ou cessar suas operações, ou não tenha nenhuma alternativa realista para evitar o encerramento das operações.

Os responsáveis pela governança da Sociedade são aqueles com responsabilidade pela supervisão do processo de elaboração das demonstrações contábeis.

Responsabilidades dos auditores pela auditoria das demonstrações contábeis

Nossos objetivos são obter segurança razoável de que as demonstrações contábeis, tomadas em conjunto, estão livres de distorção relevante, independentemente se causada por fraude ou erro, e emitir relatório de auditoria contendo nossa opinião. Segurança razoável é um alto nível de segurança, mas não uma garantia de que a auditoria realizada de acordo com as normas brasileiras e internacionais de auditoria sempre detectam as eventuais distorções relevantes existentes. As distorções podem ser decorrentes de fraude ou erro e são consideradas relevantes quando, individualmente ou em conjunto, possam influenciar, dentro de uma perspectiva razoável, as decisões econômicas dos usuários tomadas com base nas referidas demonstrações contábeis.

Como parte da auditoria realizada de acordo com as normas brasileiras e internacionais de auditoria, exercemos julgamento profissional e mantemos ceticismo profissional ao longo da auditoria. Além disso:

- Identificamos e avaliamos os riscos de distorção relevante nas demonstrações contábeis, independentemente se causada por fraude ou erro, planejamos e executamos procedimentos de auditoria em resposta a tais riscos, bem como obtemos evidência de auditoria apropriada e suficiente para fundamentar nossa opinião. O risco de não detecção de distorção relevante resultante de fraude é maior do que o proveniente de erro, já que a fraude pode envolver o ato de burlar os controles internos, conluio, falsificação, omissão ou representações falsas intencionais.
- Obtemos entendimento dos controles internos relevantes para a auditoria para planejarmos procedimentos de auditoria apropriados às circunstâncias, mas, não, com o objetivo de expressarmos opinião sobre a eficácia dos controles internos da Sociedade.
- Avaliamos a adequação das políticas contábeis utilizadas e a razoabilidade das estimativas contábeis e respectivas divulgações feitas pela administração.
- Concluimos sobre a adequação do uso, pela administração, da base contábil de continuidade operacional e, com base nas evidências de auditoria obtidas, se existe incerteza relevante em relação a eventos ou condições que possam levantar dúvida significativa em relação à capacidade de continuidade operacional da Sociedade. Se concluirmos que existe incerteza relevante, devemos chamar atenção em nosso relatório de auditoria para as respectivas divulgações nas demonstrações contábeis ou incluir modificação em nossa opinião, se as divulgações forem inadequadas. Nossas conclusões estão fundamentadas nas evidências de auditoria obtidas até a data de nosso relatório. Todavia, eventos ou condições futuras podem levar a Sociedade a não mais se manter em continuidade operacional.
- Avaliamos a apresentação geral, a estrutura e o conteúdo das demonstrações contábeis, inclusive as divulgações e se as demonstrações contábeis representam as correspondentes transações e os eventos de maneira compatível com o objetivo de apresentação adequada.

Relatório do Auditor Independente

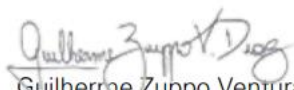
Tempo Serviços Ltda.

- Obtemos evidência de auditoria apropriada e suficiente referente às informações financeiras das entidades ou atividades de negócio do grupo para expressar uma opinião sobre as demonstrações contábeis. Somos responsáveis pela direção, supervisão e desempenho da auditoria do grupo e, conseqüentemente, pela opinião de auditoria.

Comunicamo-nos com a administração a respeito, entre outros aspectos, do alcance planejado, da época da auditoria e das constatações significativas de auditoria, inclusive as eventuais deficiências significativas nos controles internos que identificamos durante nossos trabalhos.

São Paulo, 25 de março de 2024

KPMG Auditores Independentes Ltda.
CRC 2SP-027685/O-0 F SP


Guilherme Zuppo Ventura Diaz
Contador CRC 1SP294326/O-3

